



A Agroecologia para fazer frente à crise sanitária, econômica e social não só em tempos de Coronavírus, mas antes, durante e depois!

Vivemos em um mundo globalizado, onde os movimentos sociais, dos quais fazemos parte, vêm resistindo e lutando contra o poder econômico, esmagador e obscuro das grandes empresas e do capital financeiro. Essas instituições, responsáveis por instalar o neoliberalismo, geraram uma crise que aprofundou a indigência, a pobreza, a falta de acesso à terra, a contaminação das águas e dos bens naturais, a concentração de renda e de riqueza.

O grande poder financeiro transnacional concentrado, manipulou e continua manipulando uma grande parte da opinião pública da América Latina e do Caribe, utilizando-se de pressão e de ferramentas midiáticas para instalar agendas, corrompendo grande parte dos poderes político e judiciário em benefício próprio em diversos países. Atacando e colocando em perigo incipientes democracias, asfixiadas pelo endividamento externo, destruindo a saúde e a educação pública, violando os direitos humanos e, em contrário, favorecendo a expansão da agricultura industrial com agrotóxicos e transgênicos, a mineração a céu aberto e a destruição dos mares com a pesca industrial, provocando o despovoamento das zonas rurais e colocando em risco a soberania alimentar dos povos.

Como consequência da aplicação de políticas neoliberais por governos locais, em subordinação ao império, nossos países não contam com sistemas de saúde adequados e laboratórios, e uma infraestrutura que permita melhor resposta a um evento de magnitude como a que estamos vivendo hoje com a Covid-19. Isso destaca a necessidade de um estado presente, que observe, planeje e responda às necessidades que desde há muito tempo trazemos à tona a partir das organizações em nossos territórios. Essa resposta do estado precisa ser capaz de reverter situações como esta, que nos coloca a beira de uma crise maior.

Com a pandemia, foi evidenciada a existência de uma grande parte da população com trabalho informal que, ao ter que suspender seus trabalhos, vê sua renda prejudicada de maneira violenta e, portanto, seu direito a uma dieta alimentar suficiente e saudável. É inaceitável que em um momento onde deveria imperar a solidariedade e a cooperação entre a sociedade, há setores que privilegiam a oportunidade de encher os próprios bolsos, aproveitando-se das necessidades de todas e todos.

Priorizar os monocultivos aliados ao modelo industrial de agricultura é levar-nos a uma crise alimentar, à perda da biodiversidade, a uma dependência total da alimentação e à desapropriação dos territórios num cenário pós-coronavírus. Tudo isso, para garantir a governança da alimentação em mãos da indústria de alimentos com falsas soluções, como a agricultura climaticamente inteligente, agricultura de precisão e aumento de novos transgênicos, biologia sintética e impulsores genéticos, uma agricultura sem campesinato nem conhecimento ancestral indígena.

A resposta dos governos da América frente à pandemia tem sido diversa. Embora não seja suficiente para atenuar a perda dos setores que vêm sendo discriminados e/ou excluídos historicamente, é necessário diferenciar, por exemplo, as medidas tomadas por países como Argentina, Cuba e Venezuela, que têm priorizado cuidar da vida de seus povos. Ao contrário das decisões de governos como Estados Unidos, Brasil e Chile, que dão mais importância ao cuidado das fortunas dos setores de poder aos quais respondem, e que os sustentam a partir da repressão e da militarização, do que ao cuidado da saúde e da vida da população. E são muitos os países onde se continua a perseguição a lideranças que defendem a água, as florestas, a biodiversidade, e o seu território.

Assim, reavalia-se a importância de uma boa alimentação, com acessibilidade, independência, auto suficiência e soberania alimentar. Novamente se visualiza a necessidade dos mercados locais e das sementes nativas e crioulas. São luzes, contribuições, para repensar a soberania alimentar.

É uma situação dinâmica que questiona e repensa a economia, que revela o conflito de interesses que há nos territórios.

Torna-se imperativo a urgência de que: estado, comunidades indígenas e organizações campesinas e da agricultura familiar construam, enriqueçam e coloquem em prática políticas públicas que protejam direitos das comunidades, com a participação ativa destas em seu controle para efeitos de minimizar as possibilidades de corrupção.

Como Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA) reafirmamos:

A Agroecologia como recriação de práticas ancestrais indígenas e campesinas de produção de alimentos saudáveis nos territórios, com uma dimensão holística social, econômica, cultural e política, que respeite o equilíbrio natural e garanta a soberania alimentar dos povos.

A importância de transformar os sistemas alimentares a partir da Agroecologia, para que sejam diversos e pertinentes culturalmente, além de priorizar a biodiversidade para garantir a nutrição e o consumo saudável e soberano, minimizando o impacto ambiental.

A economia social e solidária para enfrentar a crise econômica capitalista e garantir os mercados locais e de circuitos curtos de alimentos e o seu acesso pelas famílias mais vulneráveis.

Defender os direitos dos povos indígenas e campesinos - de mulheres e homens que defendem seus territórios, que denunciam a perseguição e morte, e a expropriação da terra, água, floresta, biodiversidade, identidade e cultura - frente ao agronegócio, à mineração, à construção de hidroelétricas e a mega-projetos extrativistas na América Latina e no Caribe.

Agroecologia para transformar o mundo.

*Conselho Político Continental
MAELA*